**MERCOSUL/SGT N° 1/CTSPT/ATA N° 02/23**

**LXII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TEMÁTICA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

Realizou-se entre os dias 16 e 18 de outubro de 2023, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), a LXII Reunião Ordinária da Comissão Temática de Serviços Públicos de Telecomunicações, pelo sistema de videoconferência, em conformidade com o disposto na Resolução GMC Nº 19/12, com a presença das Delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

A Delegação da Bolívia participou, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC Nº 13/15.

A lista de participantes consta do Anexo I.

A Agenda da reunião consta no Anexo II.

O Resumo da Ata consta no Anexo III.

Durante a reunião, trataram-se os seguintes temas:

1. ABERTURA DA REUNIÃO.

O Coordenador Nacional do Brasil, deu as boas-vindas a todas as Delegações, agradecendo a participação de todos e comentou os motivos que ensejaram a mudança da reunião para o formato virtual, em especial conflitos de agenda com a preparação para a WRC23 (Conferência Mundial de Radiocomunicações) que ocorrerá em novembro próximo, mas que espera que o grupo possa já na próxima reunião retornar para o formato presencial.

1. APROVAÇÃO DA AGENDA.

A PPTB apresentou a agenda às delegações, a qual foi aprovada com modificações e consta no Anexo correspondente.

1. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E DOCUMENTOS
	1. A Delegação do Brasil apresentou os seguintes documentos:
* Guia Orientativo de Segurança Cibernética para Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.
* Guia *DevSecOps* de Segurança Cibernética.
* Apresentação sobre ARM – “Avaliação da Conformidade”.
* Apresentação sobre infraestrutura crítica de Telecomunicações.
* Apresentação introdutória do Laboratório Antipirataria da Anatel”.
* Apresentação sobre Segurança Cibernética e ações da Anatel sobre o tema.
* Indicadores de Serviços de Telecomunicações.
	1. A Delegação da Argentina apresentou os seguintes documentos:
* Programas de implantação de redes de acesso a serviços de comunicações móveis em cidades com menos de 500 habitantes.
* Indicadores de Telecomunicações.
* Resolução da Enacom 1341/23.
	1. A Delegação do Paraguai apresentou os seguintes documentos:
* Indicadores de Serviços de Telecomunicações correspondentes ao ano 2022.
* Documento consolidado do “Questionário de Fontes de Financiamento”.
* Documento consolidado sobre a situação das OTT nos Países do Mercosul.
	1. A Delegação do Uruguai apresentou os seguintes documentos:
* Informe de Mercado de Telecomunicações de Uruguai com dados de junho de 2023.
* Informe sobre a Portabilidade Numérica no Uruguai com dados de junho de 2023.
* Indicadores de Serviços de Telecomunicações para o ponto 4.2 da Agenda.
1. ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS TEMAS
	1. Infraestrutura crítica e comunicações de emergência.

A Delegação do Brasil realizou apresentação no que tange ao tratamento da Infraestrutura Crítica das redes de telecomunicações brasileiras. Foram mostrados detalhes do processo de recuperação de rompimento de cabo submarino ocorrido no ano de 2023 na região de Salvador/BA.

A Delegação do Uruguai comentou que para minimizar o tempo improdutivo dos navios responsáveis pelas manutenções e/ou colocação de cabos submarinos, as ações e autorizações necessárias coordenadas em um ponto centralizado irão resultar em maior agilidade nas tratativas e prazos de implantação e ativação.

Na sequência foi apresentado por parte da Delegação do Brasil o Programa “Norte Conectado” que tem a missão de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica por meio da implantação de um *backbone* em fibra óptica, composto por oito infovias, passando os cabos pelos leitos dos rios e conectando cidades e estados da região.

* 1. Indicadores de telecomunicações.

As Delegações reavaliaram e decidiram por manter os mesmos 2 indicadores (Total de Acessos e Densidade/100 habitantes) porém para apenas 3 serviços (Banda Larga Fixa, Telefonia Fixa e Telefonia Móvel) totalizando 6 indicadores.

Os países se comprometeram a enviar os dados referentes ao ano anterior nas reuniões da CTSPT, ficando a cargo do país que esteja na Presidência *Pro Tempore* o envio para o SGT-1/Mercosul.

Durante o debate foi consenso que o envio dos indicadores para a primeira demanda de dados, o histórico desde o ano de 2020 é recomendável.

* 1. Roaming internacional.

A Delegação da Argentina informou que a incorporação do 'Acordo para Eliminação da Cobrança de Tarifas de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul', aprovado pelo Dec CMC nº 1/19, já conta com meia sanção da Câmara dos Deputados, e parecer favorável à aprovação do Senado em uma de suas próximas sessões.

Uma vez que isso aconteça, estará pronto para ser promulgado e publicado, o que permitirá começar a trabalhar bilateralmente para implementá-lo com os Estados Partes que já o incorporaram.

A Delegação do Brasil comentou que, no país, ainda se encontra para aprovação no Congresso Nacional. Acrescentou que foi aprovado o Manual Operacional do Acordo de Roaming entre Brasil e Chile. Propôs para a CTSPT que utilize esse manual como base para os futuros regulamentos bilaterais de roaming para o Mercosul.

A Delegação do Paraguai informou que o Acordo conta com a sanção da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores, razão pela qual se encontra atualmente em tramitação no Poder Executivo para promulgação e publicação. Uma vez publicado, se dará início as tratativas com os operadores do Serviço Móvel e os Estados Partes que já o incorporaram.

A Delegação do Uruguai reforçou que já internalizou essa normativa.

* 1. Uso de recursos de numeração nos diferentes serviços de telecomunicações.

No âmbito do documento apresentado pela Delegação da Argentina, na última reunião do Subgrupo, que abordou o tratamento, ações e marco regulatório relacionado ao uso de numeração abreviada, para atendimento de chamadas de emergência e serviços comunitários, informou-se que, em resposta aos trabalhos e reuniões realizadas com Prestadores de Serviços que utilizam numeração, optou-se inicialmente por abortar o problema da falta de numeração.

Nesse sentido, se estima que prontamente o Diretório da ENACOM aprovará uma norma que estabelecerá que as Áreas Locais atuais, que compartilham um mesmo ‘Indicativo Interurbano’ (Código de Área), passarão a compor uma única Área Local, o que coincidirá com o Indicativo. Desta forma, as Áreas Locais passaram de 2901 para 300.

Desta forma se previu que o Diretório instruísse as áreas técnicas da ENACOM a realizar, num espaço de dois (2) anos, um novo ‘Plano Fundamental de Numeração Nacional’ e que o tema relacionado aos Códigos de Serviços Especiais, bem como outras questões relacionadas aos recursos de numeração, serão abordado de maneira integral.

A Delegação do Brasil apresentou dados sobre roubos e furtos de cabos de cobre que vem ocorrendo e causando sérios problemas na continuidade dos Serviços de Utilidade Pública de emergência (tridígitos). As Delegações dos outros países comentaram que também passam por problemas similares e vem adotando soluções alternativas ao cobre na última milha, como por exemplo, redes sem fio.

A Delegação do Uruguai apresentou suas experiências vividas ao longo do tempo, bem como a mudança de modalidade que sofreu em decorrência desta prática criminosa com o uso do FTTH.

* 1. Over The Top (OTT).

A Delegação do Paraguai informou que, de acordo com as respostas ao questionário sobre a situação dos OTT nos Países do Mercosul, as Agências Reguladoras do bloco não têm influência notável na regulação das OTT, exceto a do Paraguai (CONATEL), que regulamenta os prestadores de serviços de telecomunicações com redes próprias, que oferecem canais e conteúdo de televisão, utilizando tecnologia OTT, pelo fato de constituir concorrência ao serviço tradicional de televisão a cabo.

* 1. Internet das Coisas.

Desde o ponto de vista regulatório, na Argentina não foi definido um Serviço de TIC próprio ou específico para Internet das Coisas (IoT), como também bandas de frequências exclusivas. No entanto, foram declaradas bandas de uso compartilhadas e sem autorização individual para o uso de tecnologias de longo alcance e baixa potência, assim como também são indicadas as bandas próprias dos serviços de comunicações móveis para de tecnologia celular.

A respeito destas últimas, a Argentina se encontra próxima do leilão de espectro do Serviço de Telecomunicações Confiáveis (Fiables) e Inteligentes (STeFI), que será brindado com a tecnologia de quinta geração (5G), em que se espera a evolução do mercado com a introdução de novos aplicativos IoT suportados por esta.

A Delegação do Uruguai mencionou o programa nacional *Uruguay Innovation Hub*, pelo qual impulsa-se a economia do conhecimento, promovendo e consolidando o ecossistema de inovação local através de novos instrumentos e do desenvolvimento de iniciativas que incentivem a colaboração e sinergias entre os diversos atores.

O Uruguai possui um forte ecossistema inovador composto por instituições públicas e privadas, academia e uma indústria da tecnologia da informação. Baseada nessa vantagem e com a oportunidade do desenvolvimento do 5G, disponível hoje em todas as capitais departamentais, procura-se promover e acelerar empreendimentos em setores de alto crescimento como tecnologias avançadas, tecnologias verdes e biotecnologia.

Entre outras coisas, promove-se a instalação de laboratórios abertos de inovação e prototipagem no país, facilitando à indústria de software e eletrônica, entre outras, a gerar protótipos e testar antes de expandir seus produtos ou serviços. Mais detalhes do programa podem ser acessados <https://uruguayinnovationhub.uy/es/#tools>

Por fim, a delegação do Brasil comentou dos avanços do 5G no país e que a indústria e mercado seguem a espera de novos modelos de negócios para expansão de serviços IoT, por exemplo.

* 1. Intercambio de Novidades:

Acessibilidade: Em matéria de acessibilidade, a Delegação da Argentina realizou uma apresentação sobre os temas abordados durante a última reunião da ‘Rede de Referentes de Acessibilidade’ realizada no mês de agosto.

Solicitou aos demais países para resumir as ações ou convocar associações de organismos da matéria de Acessibilidade para poder enriquecer os conhecimentos.

Foi solicitado às administrações que continuem com os esforços de políticas nacionais ao nível do Mercosul. Como coordenador da Rede, se comprometeu a enviar um questionário para receber informações sobre (i) marco normativo relativo à acessibilidade e acessibilidade web (ii) políticas públicas, ferramentas e ações inovadoras (iii) projetos para o futuro e outros objetivos, a fim de alinhar as informações em um documento único sobre tudo o que foi comentado durante as reuniões da Rede.

Por fim, a Oficina Nacional de Tecnologias de Informação (ONTI) realizou uma apresentação sobre as novidades das ações em relação a (i) capacitações e cursos (ii) programação de sites acessíveis (iii) elaboração de guias e manuais de acessibilidade de modo a coordenar os trabalhos a nível nacional e contar com a informação de forma permanente. Neste marco, também foi comentado o *Tercer Seminario Regional De Accesibilidad, Innovación y Uso de Herramientas IA*, realizado em 20 de setembro de 2023 em conjunto com a CITEL.

Foi reiterada a importância de continuar com os trabalhos da ‘Rede de Acessibilidade’ e os diferentes eventos virtuais, reuniões com distintos países e organizações para dar visibilidade às questões de acessibilidade na web.

A Delegação do Brasil agradeceu os esforços e envolvimento da Argentina na Coordenação da ‘Rede de Acessibilidade’ e apoiou suas iniciativas e destacou a importância de tais ações.

QoS: A Delegação do Uruguai indicou que se encontra trabalhando no Regulamento de Qualidade de Serviço de Telecomunicações analisando os comentários recebidos do setor.

ARM: A Delegação do Brasil, apresentou um compilado das respostas enviadas pelos países do bloco ao questionário sobre o assunto "Acordo de Reconhecimento Mútuo para Avaliação da Conformidade de Produtos de Telecomunicações".

A apresentação destacou as características e fluxogramas existentes nos modelos de avaliação da conformidade adotados por cada um dos Países.

Concluiu-se que existem assimetrias entre os modelos de cada País, o que pode vir a gerar dificuldades em se estabelecer uma ARM. Ademais, destacou que é possível buscar avanços se os países padronizarem os modelos de sua avaliação da conformidade.

Após debate realizado com a análise das conclusões da Apresentação, os países membros foram convidados a avaliar quais seriam os benefícios de um possível ARM regional e avanços necessários para que tal acordo seja possível.

Por fim, a Delegação do Uruguai fez uma apresentação sobre a evolução das propostas do ARM Interamericano e deste ARM do Mercosul ao longo do tempo.

Analisou a situação dos Estados Partes com suas assimetrias populacionais e industriais e que, embora os Sistemas Nacionais de Qualidade (Normatização, Acreditação) estejam constituídos, a infraestrutura disponível dos organismos de avaliação da conformidade, em especial os laboratórios de ensaios, são distintas.

Finalmente, propôs avançar na ARM Regional, contemplando esta situação.

Certificação de Equipamentos e Combate à Pirataria. A Delegação do Brasil, apresentou seu laboratório antipirataria. Resultado de um acordo com a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), o laboratório possui recursos tecnológicos para realizar e acompanhar análises técnicas sobre equipamentos e meios ilegais de oferta pirata audiovisual, em atendimento ao Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). A estrutura possui 12 telas de monitoramento, tem seis postos para trabalho presencial e pode ser acessada remotamente.

Destacou os riscos encontrados nos equipamentos piratas e as principais realizações do Plano. Lembrou que, desde seu início, em fevereiro deste ano, foram realizadas 29 operações, que apreenderam 1,4 milhão de aparelhos e bloquearam mais de 1,4 mil endereços que, ilegalmente, habilitavam o funcionamento dos TV Boxes piratas. Milhares de equipamentos, de nove fabricantes diferentes e mais de 30 modelos de TV Box, também tiveram sua operação bloqueada.

* 1. Agenda Digital Mercosul (GAD).

Neste ponto, a Delegação da Argentina compartilhou seus comentários sobre o projeto de Plano de Ação do Grupo da Agenda Digital (GAD) do MERCOSUL e houve uma troca de ideias com os demais reguladores dos Estados Partes. Houve unanimidade em concluir que é preciso melhorar a comunicação entre o trabalho que está sendo realizado pelo GAD e as Comissões Temáticas do SGT1.

Por este motivo, reitera-se a necessidade de estabelecer um canal de comunicação eficaz com o GAD, solicitando ao SGT1 que comunique este pedido.

* 1. Furto, roubo e extravio de equipamentos e validação e identificação do assinante.

A Delegação da Argentina fez uma apresentação a respeito da resolução de identificação (nominatividad) (Resolução N° 8507/16 da ENACOM) e comentou as modificações que estão atualmente em andamento (Resolução 263/2023 da ENACOM). As modificações mais importantes são:

Identificação: (i) A incorporação das validações do DNI (documento único de identidade) de modo *on-line* por meio do cruzamento de dados com o Registro Nacional das Pessoas. (ii) A incorporação da validação biométrica por parte das operações comerciais para casos de possíveis fraudes. Caso não seja possível realizar sua validação também é possível mediante fator de dupla autenticidade.

Terminais: (i) A incorporação das denúncias e o bloqueio correspondente dos terminais que sofrem roubos anteriores à comercialização on-line. (ii) A normalização do procedimento para o bloqueio dos terminais duplicados com exceção do terminal original. (iii) Por último, foi comentado que o novo contrato com a GSMA implica o pagamento por parte dos reguladores das consultas do IMEI na base internacional do GSM (*Device Check*).

* 1. Revisão de normas.

De acordo com a revisão da documentação, nesta seção foi acordado que, no momento, não há regulamentos ou normas que precisem ser revisados.

* 1. Posição comum do MERCOSUL nos foros internacionais.

Continuou-se o trabalho de alinhamento e intercâmbio de informações entre os membros do MERCOSUL para reuniões em outros foros internacionais, como a CITEL e a UIT e, em particular, para a AMNT-24 e negociações de livre comércio que o MERCOSUL está realizando.

Reforçou-se a necessidade e vantagens de se utilizar o espaço da Comissão Temática para avançar em posições comuns nos fóruns internacionais, a fim de obter o apoio dos Países do Bloco antes das reuniões correspondentes.

1. OUTROS ASSUNTOS.
	1. Segurança Cibernética e combate a fraudes.

A Delegação do Brasil, realizou uma apresentação sobre o tema de Cibersegurança e a atuação da Anatel. Foi destacado que, em 2022, o Brasil sofreu 103 bilhões de tentativas e ameaças de ataques cibernéticos, representando 30% dos casos registrados em toda a América Latina e Caribe.

A segurança cibernética é vista como um pilar essencial para a transformação digital, sendo crucial para a inovação e desenvolvimento tecnológico. Anatel, em seu plano estratégico, vê a cibersegurança como um habilitador da transformação digital, focando na conectividade, proteção de infraestrutura crítica e proteção dos consumidores.

Foi apresentado o regulamento de cibersegurança da Anatel, que estabelece diretrizes para empresas de telecomunicações e promove a conscientização em segurança cibernética. O GT-Ciber, grupo de trabalho da Anatel, tem como função avaliar o cenário atual, desenvolver diretrizes e recomendações, interagir com *stakeholders* e promover a educação e conscientização em cibersegurança.

Em outubro de 2023, a Anatel lançou dois guias: "Guia Orientativo de Cibersegurança para Provedores de Serviços de Telecomunicações" e "*DevSecOps*: Guia Orientativo". O primeiro guia, elaborado em colaboração com o EGC 5.0 e GT-Ciber, fornece orientações sobre proteção de informações, segurança de redes e serviços. O segundo guia foca nas boas práticas para desenvolvimento e operação seguros de software.

Em conclusão, afirmou que Anatel está comprometida em promover a segurança cibernética, trabalhando em conjunto com diversos setores para garantir um ambiente digital seguro. O apresentador agradeceu a atenção de todos e reforçou o compromisso da Anatel com a segurança cibernética. Por fim, a Delegação do Brasil sugeriu a avaliação do grupo para tornar tais Guias como recomendações para Mercosul. Os participantes ficaram de internalizar tais informações e guias e voltar a discutir na próxima reunião.

* 1. Convite para participação em Seminários MERCOSUL

A Delegação do Brasil convidou as demais delegações a participarem dos Seminários, com foco no MERCOSUL, que ocorrerão no final do mês de novembro de 2023 na sede da Anatel em Brasília. São eles: Seminário de Segurança Cibernética em 23/11; Seminário de Inteligência Artificial em 24/11 e Seminário de Habilidades Digitais em 28/11.

1. AGENDA, LUGAR E DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO.

A próxima reunião da CTSPT será realizada durante a próxima reunião ordinária do SGT N° 1, no Paraguai, durante o primeiro semestre de 2024 (datas a confirmar).

**ANEXOS** que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

**Anexo I** Lista de participantes.

**Anexo II** Agenda da LXII reunião da CTSPT.

**Anexo III** Resumo da Ata.

**Anexo IV** Contribuições e Documentos.

**Anexo V** Agenda tentativa da LXIII reunião da CTSPT

**Anexo VI** Relatório Semestral sobre o grau de avanço do programa de trabalho do período 2023-2024.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| **Pela Delegação da Argentina****Solana De Aspiazu****Pela Delegação do Paraguai****Daniel Coronel** | **Pela Delegação do Brasil****Daniel Adamenas de Andrade****Pela Delegação do Uruguai****Fernando Hernández** |
|  |

**Pela Delegação da Bolívia**

**Katerine Coronel Quisbert**